

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

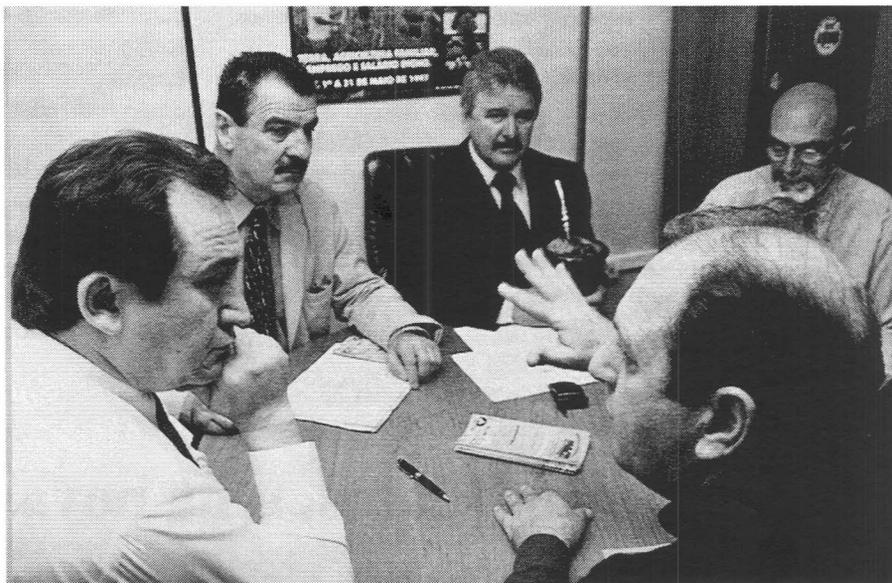
Florianópolis, 20 de outubro de 2000

Ano 2 Nº 38

Comissão de Agricultura vai a Xaxim e Lages

A Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), desloca-se nesta sexta-feira (20) para Xaxim, tendo como pauta da reunião, marcada para as 9 horas, as ações do Programa de Agricultura Familiar (Pronaf) no Estado.

Sopelsa lembrou que o governo federal vem divulgando que o crédito ao pequeno agricultor será facilitado, mas, na prática, o produtor não integrado, mesmo sendo um bom pagador, não consegue financiamento com os bancos. Representantes do Pronaf em Santa Catarina, da Epagri (responsável pelos projetos de crédito rural), da Fetaesc e dos sindicatos rurais vão ouvir dos trabalhadores suas dificuldades para acessar os recursos do Pronaf.



(foto Giancarlo Boroluzzi)

Comissão de Agricultura define pauta para reuniões no interior

Febre aftosa – Em Lages, o auditório do Parque de Exposições Conta Dinheiro vai sediar no dia 27, às 9 horas, a audiência

pública intitulada “A Situação Sanitária do Rebanho Catarinense (ênfase para a questão da febre aftosa)”. Integrante da comitiva da CPE da Febre Aftosa, que esteve em Porto Alegre na semana passada, Sopelsa lamentou o fato de as autoridades gaúchas levarem 30 dias entre a desconfiância da doença e a sua confirmação. “Quantos animais foram contaminados? Para que isto não venha a ocorrer em Santa Catarina, nós somos favoráveis à implantação de um fundo de emergência para indenizar os produtores prejudicados. Produtores, indústria e governo poderiam arrecadar recursos através de uma taxa de abate, envolvendo bovinos e suínos”, salientou.

O parlamentar frisou que o encontro também servirá para a discussão da liberação da entrada de carne bovina do Rio Grande do Sul, uma vez que SC importa daquele estado 30% do total que aqui é consumido.

Orçamento Regionalizado já tem cronograma

Os deputados aprovaram nesta semana o cronograma das reuniões do Orçamento Regionalizado para o ano 2001. A primeira será realizada na próxima quinta-feira, dia 26, em Xanxerê, com representantes dos 79 municípios da região Oeste do Estado. O encontro será no salão nobre do Colégio Estadual Presidente Arthur da Costa e Silva.

No dia seguinte (27), o evento acontece em Correia Pinto, para os 67 municípios do Vale do Rio do Peixe e do Planalto Serrano. Os debates prosseguem no dia 9 de novembro em Joinville, onde irão se reunir os 29 municípios das regiões Norte e Nordeste, e dia 10, em Blumenau, para os representantes do Alto Vale e Vale do Itajaí. A última reunião será em Laguna, no dia 13 de novembro, para os representantes dos municípios das regiões Sul e da Grande

Florianópolis.

De acordo com o presidente do Orçamento Regionalizado, deputado João Rosa (PTB), o evento tem como objetivo reunir as prioridades de cada um dos municípios catarinenses para serem incluídas no Orçamento estadual de 2001, e contará com a participação de representantes de prefeituras municipais, associações de classe, câmaras de vereadores, além dos parlamentares representantes de cada região visitada.

Ele adverte que, de acordo com a última decisão do Conselho Estadual do Orçamento Regionalizado, composto por deputados, prefeitos e lideranças regionais, é imprescindível a presença dos representantes de cada município nas audiências, porque este ano não serão mais aceitas propostas via fax, correio ou e-mail.

OPINIÃO

O recado das urnas



Passadas as eleições, está concretizada a participação popular no processo de escolha de seus representantes. Contudo, é cada vez mais clara a indicação de que a população não quer somente a participação no processo eleitoral. Quer também ser peça atuante no processo decisivo, fase posterior em que ações tomadas levam aos resultados anteriormente propostos.

Ao interpretar o recado que a população deixou nas urnas, fica claro a sede de participação das comunidades além do único dia do pleito. A importância da realização de projetos, tanto sociais quanto urbanos, desde que executados de forma a aproximar o Poder Público do cidadão, foi reafirmada através do voto pela continuidade de tais ações.

Um desses projetos, e talvez o que mais abriu espaço para a participação popular no processo decisivo em Santa Catarina, é o Orçamento Estadual Regionalizado. Este é um forte exemplo do Poder Legislativo no exercício do seu papel de ouvir a população para detectar suas necessidades e representá-la com

eficiência. Por esta razão, o Orçamento Regionalizado continuará percorrendo todo o Estado, lutando por um espaço definitivo no orçamento do Governo de Santa Catarina.

Definidas as devidas competências para a concretização desta meta, a Assembléia Legislativa continuará fazendo a sua parte: ouvir, divulgar e utilizar seus instrumentos para possibilitar a execução das obras previstas pelo Orçamento Estadual Regionalizado. Em um período de três semanas, a partir do dia 26 de outubro, a Coordenadoria do Orçamento Regionalizado, juntamente com demais representantes do Legislativo catarinense, estará percorrendo todo o Estado. Serão realizadas audiências públicas em cidades estratégicas nas regiões Oeste, Sul, Norte e Nordeste, no Planalto Serrano, no Vale e Alto Vale e na Grande Florianópolis.

Acredito neste projeto, porque não podemos ignorar o recado das urnas: a integração entre o Poder Público e a população, realizada na prática, resulta em incentivo para o exercício da cidadania e no orgulho de cada indivíduo em ser parte ativa na administração do lugar em que vive.

Deputado Gilmar Knaesel (PPB)

Aos idosos, uma nova chance



Dentro em breve, o Governo do Estado deverá regulamentar a Lei nº 11.436, de 7 de junho deste ano, que dispõe sobre a Política Estadual do Idoso. No corpo dessa lei estão previstas ações que permitem melhor condição de vida para o idoso. Será a oportunidade, quem sabe, de serem incluídas disposições que até então não foram adiante, como a concessão de transporte gratuito de ônibus nas linhas entre as cidades.

O tema não é novo e já foi objeto de matéria parlamentar – que não teve êxito, na ocasião, certamente pela forma como foi encaminhada. Apesar do profundo cunho social, a concessão de transporte gratuito é tema polêmico, porque não pode simplesmente ser empurrado goela abaixo dos empresários. Nessa nova oportunidade que se abre com a regulamentação da Lei, defendemos que autoridades estaduais e empresários sentem-se à mesa e discutam a questão, pesando os prós e os contras. De uma conversa tranqüila, certamente sairá uma solução que favoreça nossos velhinhos.

Na conversa entre Governo Estadual e empresários concessionários

do transporte intermunicipal, chegar-se-ia a definições como: quem teria direito ao passe, quantas viagens poderiam ser feitas ao mês, quem bancaria o ônus dessa iniciativa e outras. Vivemos um momento diferente daquele em que chegou a ser votado em Plenário um projeto similar, no ano passado. Hoje, temos uma lei que trata da Política do Idoso e uma disposição de ampla conversa prévia antes de tomar qualquer decisão.

Além de defender a concessão de transporte gratuito aos idosos, defendemos ainda duas outras iniciativas que, acreditamos, não teriam dificuldades em serem adotadas: a criação de uma Cédula de Identidade do Idoso, gratuita e obrigatória, e negociações com entidades representativas da cultura e dos esportes no sentido de conceder aos idosos acesso privilegiado e gratuito aos locais dos eventos.

Não estamos propondo nenhum absurdo. Não custa nada negociar. Como cabe ao Governo conceder as concessões de transporte intermunicipal e apoiar os eventos culturais e esportivos, vai ficar mais fácil sentar à mesa com empresários e promotores para buscar benefícios tão importantes aos nossos idosos. A sociedade sairá ganhando.

Deputado Joares Ponticelli(PPB)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)

2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)

2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)

4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PMDB)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli Livi

Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas

Revisão: Margareth Genovez

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

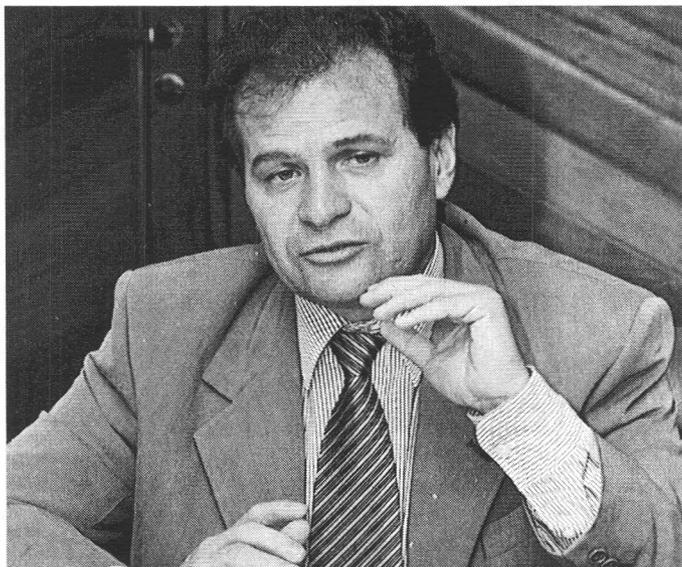
PRESIDÊNCIA

Knaesel pede na Argentina a união dos parlamentos do Mercosul

“O poder de fogo dos parlamentares está em sua competência de exercer a pressão política, que deve ser colocada em ação com maior intensidade o quanto antes.”

(Knaesel)

Como resultado das atividades realizadas durante o exercício de sua liderança frente ao Parlamento do Sul - Parlasul - o presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), foi convidado a participar no início desta semana do II Fórum da União Parlamentar do Mercosul, na cidade de Mendoza. “Cabe aos legisladores inteirarem-se mais do processo de concretização do Mercosul, pois



Presidente Gilmar Knaesel

isso não deve ser uma responsabilidade exclusiva dos Poderes Executivos”, declarou Knaesel em seu pronunciamento.

Mais de duzentos deputados, entre estaduais e federais, e senadores do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai compareceram ao Fórum. O Chile também enviou seus

representantes, que participaram como observadores, o que indica o interesse desse país de integrar-se definitivamente ao Mercosul. “Precisamos de uma interação mais forte para detectarmos as necessidades dos países do Mercosul e resolver seus problemas”, disse Knaesel, referindo-se também ao recente

conflito comercial entre Brasil e Argentina. “Temos que trabalhar para que a solução desse impasse seja satisfatória para todos os envolvidos,” concluiu.

Knaesel aproveitou o evento para convidar a União Parlamentar do Mercosul a realizar um encontro em Florianópolis no mês de dezembro, que deverá acontecer paralelamente à reunião de cúpula do Mercosul, a qual promoverá o encontro na capital catarinense dos presidentes dos países integrantes do bloco.

A eleição da nova mesa diretora da União Parlamentar do Mercosul, foi realizada no último dia do fórum, com a transferência da presidência do Brasil para a Argentina. Entre os novos integrantes, está o deputado catarinense Milton Sander, atualmente presidente da Comissão Especial para Assuntos do Mercosul, que foi eleito 3º vice-presidente.

Sché recebe documento da Anabb

Uma comissão da Associação dos Funcionários do Banco do Brasil - Anabb -, acompanhada pelo líder da bancada do PPS, Jaime Duarte, esteve com o presidente em exercício da Assembléia Legislativa, deputado Heitor Sché (PFL), para entregar um documento a respeito da reestruturação dos bancos federais, em especial da privatização do Banco do Brasil.

O documento apresenta uma análise crítica, que aponta diversas incorreções no relatório da Consultoria Booz-Alien, contratada pelo

Governo Federal para propor uma nova modelagem dos bancos públicos federais. Os erros encontrados, de acordo com o ex-deputado federal e atual diretor da Anabb Augusto Carvalho, tornam o relatório sem validade científica.

Este tema foi também discutido no início da noite na sede da associação em Florianópolis, onde se fizeram presentes deputados, funcionários de carreira do Banco do Brasil, representantes da Federação da Indústria de Santa Catarina, entre outros interessados no Sistema Financeiro Nacional.



Deputados recebem documento

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

COMISSÕES

Vereador nega-se a comentar denúncias

O tão esperado depoimento do vereador Juarez Silveira (PPB) sobre inúmeras denúncias veiculadas em um dossiê apócrifo, que circulou durante o período eleitoral em Florianópolis, frustrou os integrantes da CPI que investiga o narcotráfico e o crime organizado em nível estadual, presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB). O vereador se negou terminantemente a comentar qualquer trecho do documento, alegando não ter sido o autor das denúncias. Mesmo tendo o direito de prestar depoimento reservado, ele declinou do privilégio e não quis se manifestar a respeito.

Aos representantes do Ministério Público que integram a força-tarefa da CPI, Silveira discorreu sobre sua vida pública seus bens materiais e sobre seu relacionamento com algumas autoridades citadas no dossiê.

Sempre se recusando a comentar o teor



Vereador Juarez Silveira

das denúncias, o vereador disse que seu objetivo, como o da CPI, é descobrir o autor do documento para processá-lo, uma vez que, na sua opinião, foi uma tentativa para destruí-lo politicamente. Apenas por um momento Silveira se

(foto: Salom Soares)

contradiu. Ao ser questionado no início do depoimento a respeito de seus bens materiais, disse possuir um apartamento em seu nome. No entanto, momentos depois negou, dizendo que morava em um apartamento alugado e que tinha vendido o seu. Minutos mais tarde voltou atrás e assegurou que atualmente possuía um novo apartamento, o que deixou todos confusos.

O presidente João Henrique Blasi e o relator Jaime Mantelli (PDT) tentaram convencer o vereador a falar reservadamente, mas não conseguiram seu intento. Silveira continuou irredutível e não falou mais nada.

Antes de encerrar a reunião de número 54, João Henrique Blasi fez um pequeno relatório das atividades da CPI até hoje: foram ouvidas em todo o Estado 120 testemunhas, recebidas 64 denúncias escritas e 1.825 pelo telefone 088 48 6261, o que totaliza 44 volumes.

CPI da Sonegação será instalada dia 24

O objetivo da Comissão é investigar possíveis esquemas irregulares de sonegação fiscal, em que estariam envolvidos, além de funcionários estaduais do setor financeiro, políticos e, obviamente, empresários de todo o Estado.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que vai investigar a sonegação fiscal em Santa Catarina, requerida pela deputada Ideli Salvatti (PT) no mês de setembro, será instalada na próxima terça-feira (24). A decisão partiu do presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), durante a sessão plenária do dia de ontem (19). Os líderes das bancadas partidárias têm o prazo de 48 horas para apresentar os nomes dos parlamentares que irão integrar essa Comissão, e na terça-feira serão escolhidos o presidente e o relator.

Como no início da semana a CPI ainda não estava instalada, a parlamentar petista solicitou ao presidente em exercício da Assembléia, deputado Heitor Sché (PFL), que determinasse o prazo de 48 horas para concretizar sua instalação. Sché, apresentando um documento oriundo do Departamento Parlamentar, argumentou que essa CPI

não poderia ser instalada sem autorização do Plenário, uma vez que já estariam funcionando cinco Comissões Parlamentares de Inquérito. A deputada discordou e prometeu entrar com um mandado de segurança na Justiça para conseguir seu intento.

O impasse foi resolvido com a autorização da imediata instalação da CPI pelo presidente da Assembléia, que retornou da Argentina, onde participou do II Fórum da União dos Parlamentares do Mercosul.

Investigação - o objetivo da Comissão, segundo a deputada petista, é investigar possíveis esquemas irregulares de sonegação fiscal, em que estariam envolvidos, além de funcionários estaduais do setor financeiro, políticos e, obviamente, empresários de todo o Estado. "Já estamos com três casos encaminhados e que envolvem cerca de R\$ 90 milhões", adiantou.

Três outras CPIs

Resolvida a questão da CPI da Sonegação Fiscal, o presidente Knaesel também definiu que as demais Comissões Parlamentares de Inquérito pendentes na Casa, que tratam da Invesc, da Cohab e dos Salários Atrasados do Funcionalismo Público Estadual também poderão ser instaladas no dia 24, dependendo apenas do encaminhamento dos nomes dos membros pelos líderes de bancadas. Esclareceu que a CPI das Agências de Publicidade teve o prazo de instalação esgotado e que a da Barragem do Rio São Bento está em pleno funcionamento como Comissão Parlamentar Externa (CPE).

Knaesel lembrou que um acordo de lideranças, realizado em dezembro do ano passado, priorizou a CPI do Narcotráfico, que está se encerrando, e que a viabilidade para a instalação dessas Comissões partiu da Procuradoria da Casa, através de uma solicitação do então presidente, deputado Heitor Sché (PFL).

COMISSÕES

CPE da Barragem ouve diretoria da Casan

(fotos Solon Soares)

Há uma grande possibilidade de as obras da barragem do Rio São Bento serem iniciadas já nos próximos dias. Esta foi a grande notícia que os integrantes da Comissão Parlamentar Externa (CEE) constituída para acompanhar a construção da barragem do Rio São Bento receberam da diretoria da Casan durante reunião da Comissão, realizada no início da noite de quarta-feira.

No entanto, o início da obra está condicionado a uma liminar da Justiça que autorize a emissão de posse, à Casan, do terreno onde a barragem será construída. Quando isso ocorrer, a construtora OAS, vencedora da licitação, iniciará os trabalhos. O prazo para a execução da obra é de 36 meses.

Durante a reunião, Gelson Merisio, presidente em exer-



Deputado Julio Garcia

cício da Casan, reconheceu alguns equívocos constantes do edital de licitação da obra, os quais foram apontados pelos técnicos do Tribunal de Contas do Estado. Ele admitiu, também, que o sistema de execução do contrato não permitia a variação de 25% no preço da obra, prevista em uma de suas cláusulas.

Gelson Merisio informou

ainda que o preço das obras da barragem está orçado em R\$ 37 milhões. Deste valor, o Ministro da Integração Nacional já autorizou a liberação de R\$ 10 milhões. Inicialmente, esses recursos serão destinados a indenizações, remoção do sítio arqueológico existente no local e perfurações.

O presidente da Comissão, deputado Julio Garcia (PFL), ressaltou que nenhum membro da CEE levantou qualquer suspeita referente ao processo licitatório naquilo que foi feito pelo Tribunal de Contas. "Dizer amém é o caminho mais adequado para a indução ao erro", disse.

Já o relator da Comissão, deputado Ronaldo Benedict (PMDB), confessou estar satisfeito com as

informações fornecidas pela diretoria da Casan, especialmente no que diz respeito ao prazo previsto para a execução da obra, que, segundo ele, é fundamental para a região Sul do Estado. A barragem será construída no município de Siderópolis e permitirá o abastecimento de água naquela região.



Gelson Merisio

Exportação de carne suína

A Comissão Parlamentar Externa constituída para analisar os problemas decorrentes da febre aftosa encaminhou moção ao Ministro da Agricultura e à bancada catarinense no Congresso Nacional apelando por medidas que evitem que os países importadores venham interromper a aquisição de carne suína de Santa Catarina. Alerta que o Estado encontra-se extremamente apreensivo com a notícia da interrupção das exportações, notadamente pelo desgaste econômico e social que isso representa, e solicita rápidas ações do Governo para o restabelecimento do setor produtivo.

Dentre outras questões cruciais para ser concretizada maior credibilidade ao setor estão a viabilização urgente do atestado de área livre de peste suína clássica, a formalização de outros mecanismos que possam garantir a qualidade do produto e a sustentação da produção e o seu conseqüente fornecimento aos potenciais consumidores. "Trata-se de matéria relevante, motivo pelo qual a Assembléia solicita especial atenção ao apelo dos deputados integrantes desta Comissão". A CPE da Febre Aftosa é composta pelos deputados Moacir Sopelsa (PMDB) - presidente, Olices Santini (PPB) - relator, Jaime Mantelli (PDT), Pedro Uczai (PT) e Milton Sander (PPB).

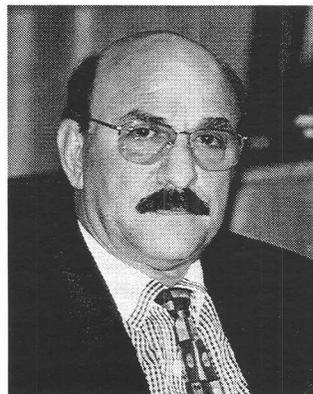
CPE dos Presídios reinicia trabalhos

A CPE dos Presídios, comandada pelo deputado Manoel Mota (PMDB), volta a se reunir na próxima quarta-feira (25), na Assembléia, visando à elaboração de um cronograma de visitas a prisões e casas que abrigam menores delinquentes em todo o Estado. Neste sentido,

a Comissão já visitou dois presídios nos municípios de Araranguá e Criciúma.

Segundo o parlamentar, as duas casas de detenção visitadas apresentam uma situação bastante crítica. "A superlotação e o tratamento dispensado aos detentos são aspectos desumanos dessas prisões. Além disso, cerca de 10% dos presidiários estão com Aids, o que é lamentável", comentou.

Ainda este mês, as visitas "in loco" serão reiniciadas, para possibilitar que, no final de suas atividades, a CPE tenha condições de apresentar uma radiografia dos presídios de Santa Catarina, além de um projeto de lei destinado a sanar os problemas encontrados.



Deputado Manoel Mota

(foto Jonas Lemos Campos)

PLENÁRIO

Direitos dos deficientes e Política Estadual do Idoso

O deputado Joares Ponticelli (PPB) apresentou indicação a ser encaminhada aos prefeitos eleitos sugerindo que entre os seus primeiros atos administrativos esteja o envio às Câmaras de Vereadores de projeto de lei criando os Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. Diz que só recentemente os deficientes físicos começaram a receber atenção especial dos poderes públicos, a adoção de políticas específicas para sua inserção no mercado de trabalho e a garantia dos demais direitos que lhes são devidos.

O parlamentar lembra, ainda, que do plano de governo da atual administração estadual consta o compromisso de estimular a criação de organizações representativas da sociedade civil no Estado. "Ainda no primeiro ano de governo, o Governador encaminhou à Assembléia Legislativa projeto de lei criando o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, transformado na Lei nº 11.346, de 7 de janeiro de 2000". Entende que cabe agora aos novos prefeitos, que tomarão posse no ano que vem, tomar a mesma providência em nível municipal.

Idoso – Ao Governador, Ponticelli pede que seja agilizada a regulamentação da Lei nº 11.436, de 7 de junho de 2000, que dis-



Deputado Joares Ponticelli

põe sobre a Política Estadual do Idoso, conforme preceituado no seu art. 13; a criação de uma cédula de identidade do idoso, gratuita e obrigatória, fornecida por órgão competente, cuja apresentação lhe garante os benefícios da lei.

Destaca que é necessário o início de negociação com as entidades representativas das empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipal quanto à concessão de passe livre ao idoso, com as entidades representativas da cultura e dos esportes quanto à concessão de ingresso gratuito, bem como um acesso privilegiado aos locais dos eventos.

Turno de seis horas para Justiça

A Assembléia aprovou nesta semana, com emenda modificativa procedente do Tribunal de Justiça, o Projeto de Lei 214/00, que reduz de oito para seis horas a carga horária dos servidores do Poder Judiciário. Segundo o relator do projeto, deputado Jaime Duarte (PPS), o assunto foi amplamente debatido em várias audiências com entidades ligadas à área da Justiça, tais como Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Catarinense do Ministério Público, Associação dos Magistrados de Santa Catarina, Sindicato dos Servidores do Judiciário Estadual e Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça.

A matéria dá caráter permanente à medida, já implantada, através de resolução daquele Poder, desde 1º de

julho deste ano. A falta de consenso entre os setores envolvidos na proposta resultou na emenda modificativa ao artigo 2º. No projeto original, o período da manhã ficava destinado aos plantões para atendimento somente dos serviços considerados essenciais. Com a emenda, "no período matutino serão mantidos plantões para atendimento nos cartórios judiciais e prestação dos serviços de protocolo e contadoria, além de outros serviços considerados essenciais, observada a jornada de seis horas diárias". Segundo o relator, a emenda atende aos interesses das pessoas envolvidas com as atividades judiciais e da sociedade, que também não ficará prejudicada no atendimento prestado pelo setor.

Deputados mantêm vetos

Mantido o veto governamental ao Artigo 3º do projeto de lei complementar que institui a Lei Orgânica do Ministério Público. O artigo vetado foi considerado inconstitucional e tem o seguinte teor: "O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária de acordo com as principais prioridades, programas e projetos estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a, por intermédio do Procurador-Geral de Justiça, diretamente ao Governador do Estado, que a submeterá, em sua versão original, ao Poder Legislativo".

De acordo com a Constituição, o orçamento deve ser elaborado "em conjunto" pelos Poderes.

Rodovia – Mantido também o veto total ao Projeto de Lei 149/00, que denomina Jorge Elias de Luca a SC-444 de Vila Nova/Içara a Criciúma. A razão do veto foi que a referida rodovia já possui a denominação de "Deputado Paulino Búrigo", conforme Decreto N-SEJ, de 5 de março de 1975.

Mortes no trânsito

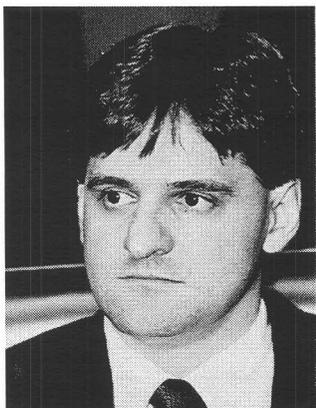
Impressionado com o número de mortes ocorridas no feriadão de 12 a 14 de outubro, quando 31 pessoas perderam a vida em acidentes de trânsito o deputado Nilson Gonçalves (PFL) está solicitando ao diretor do DNER/SC informações sobre o andamento dos trabalhos de duplicação da BR-101. Quer saber, ainda, a previsão de sua conclusão, com os cronogramas para os diversos trechos, e de que forma será resolvida a falta de sinalização naquela rodovia.

Indenização - Já o deputado Nelson Goetten (PPB) está solicitando ao Presidente da República e ao Ministro dos Transportes a adoção de medidas, pelo DNER, no sentido de dotar a BR-116 de condições seguras de tráfego, uma vez que aquela rodovia está em péssimas condições de conservação. O parlamentar quer a afixação de placas indicativas informando o usuário a quem deve recorrer se tiver seu veículo danificado devido à má conservação da pista e a imediata indenização das vítimas que sofrerem prejuízos pela falta de sinalização na rodovia e por falhas na pista.

Instituído o Selo Verde Agrícola

Com a finalidade de comprovar a qualidade e procedência de produtos agrícolas, foi aprovado projeto de lei de autoria do deputado Neodi Saretta (PT) que institui o Selo Verde Agrícola. Para receber o selo, os produtos deverão ser saudáveis, isentos de qualquer tipo de contaminação que ponha em risco a saúde do consumidor e o meio ambiente.

De acordo com a matéria, são necessários a preservação e a ampliação da biodiversidade dos ecossistemas naturais e transformados, nos quais se insere o sistema produtivo; a conservação natural das condições físicas, químicas e biológicas do solo, da água e do ar; a otimização dos produtos naturais; o incremento da produtividade do sistema agropecuário através da auto-suficiência e auto-sustentabilidade, com a reutilização e a reciclagem de insumos, complementos e matérias-primas naturais; e a



(foto Jonas Lemos Campos)

Deputado Neodi Saretta

gestão ambiental, considerando o ciclo do produto e a origem da produção. Prevê, também, que os produtos agroindustrializados ou processados serão considerados orgânicos se no processamento forem utilizadas matérias-primas ou aditivos em conformidade com o que preconiza essa lei.

O Selo Verde Agrícola será concedido por indicação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, sendo homologado através de comissão permanente designada pela Secretaria da Agricultura.

Desvio de verbas do Fundef

Ao comentar da tribuna o afastamento por 180 dias do governador do Amapá, João Capiberibe (PSB), acusado de desviar verbas do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o deputado Rogério Mendonça (PMDB) afirmou que o mesmo procedimento deveria ser adotado em Santa Catarina, uma vez que o Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social rejeitou as contas do Fundef no Estado no dia 9 de outubro. Segundo o parlamentar, o Conselho concluiu que R\$ 26 milhões do Fundo foram desviados para outros fins, valor que corresponde a quase duas folhas de pagamento dos professores da rede pública,

pois a folha da categoria consome mensalmente R\$ 14 milhões dos cofres públicos.

Outra informação contida no parecer do Conselho dá conta que 60% dos recursos do Fundef não estavam sendo utilizados para pagamento de professores, sendo consumidos para este objetivo 51% do total. O restante estava sendo destinado ao pagamento de inativos, o que é proibido por lei.

Mendonça garantiu que na próxima semana apresenta denúncia contra o governador Esperidião Amin, baseado no parecer do Conselho, e que a bancada do PMDB cogita a possibilidade de formar uma comissão participante para responsabilizar o Chefe do Poder Executivo por desrespeito à lei do Fundef.

Proposições

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao coordenador da bancada catarinense na Câmara Federal, solicitando que negociem com o Ministério do Esporte e Turismo a liberação de recursos para a construção da pista de atletismo com revestimento sintético e de arquibancada na Univille/SC.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Governador, indagando se existe na Secretaria da Educação cargo ou função que tenha, dentro de suas atribuições, responsabilidade pelo Vídeo-Escola ou pelo acervo do mesmo.

Deputado Lício Mauro da Silveira (PPB) ao Delegado Regional do Trabalho, pedindo que seja enviada à Assembléia a relação nominal das pessoas que receberam dinheiro sob a denominação "defeso do camarão, da anchova e do bagre".

Deputado Reno Caramori (PPB) ao prefeito, ao presidente da Câmara de Vereadores e à sociedade de Treze Tílias, cumprimentando-os pelo aniversário de emancipação política do município, comemorado em 13 de outubro.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) à bancada catarinense em Brasília, manifestando apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 4746/98, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Pedagogo, e solicitando interferência no sentido de agilizar a sua tramitação.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao presidente da Telesc requerendo a implantação de programa de telefonia celular no município de Monte Castelo.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Governador do Estado, indagando sobre a derrubada de árvores no Centro de Referência em Pesquisa e Extensão Apícola de Santa Catarina - Cepea -, na Cidade das Abelhas, ocorrida nos anos de 1999 e 2000.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao Secretário dos Transportes e Obras solicitando a adoção de medidas urgentes que viabilizem projetos para a construção de trevo de acesso na SC-468, entre os kms - 7 e 8, no distrito de Fernando Machado, em Cordilheira Alta.

Deputado Jaime Duarte (PPS) ao Governador do Estado, solicitando que seja celebrado convênio entre governo, prefeitura de Joinville e outros parceiros, com o objetivo de reformar e revitalizar a pista de atletismo da universidade da região de Joinville.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Braço do Norte, cumprimentando-os e aquela comunidade pelo aniversário de fundação do município, comemorado em 22 de outubro.

Deputado Onofre Agostini (PFL) ao Secretário dos Transportes e Obras, requerendo que sejam procedidos os trabalhos de recuperação da estrada que liga o município de Timbó Grande à BR-116.

Deputado Jorginho Mello (PSDB) ao Comandante-Geral da Polícia Militar, solicitando medidas urgentes de segurança na Via Expressa que liga Florianópolis a São José, principalmente no período noturno, pois o índice de ocorrências naquela via cresce assustadoramente, e com vítimas fatais.

Estadualização de rodovia

O deputado Romildo Titon (PMDB) solicitou ao Governador do Estado a inclusão na malha rodoviária estadual da estrada que liga os municípios de Videira (SC-303) e Tangará, (comunidades de Passo da Felicidade e Irakitan) a Monte Carlo (SC-456), passando sua manuten-

ção para o DER. Aquela rodovia municipal abrange sete comunidades, sendo três de Videira e quatro de Tangará, onde existem 116 aviários, correspondendo a 2.088.000 frangos e 35 mil cabeças de suínos, totalizando sete milhões de quilos de carne. A região é produtora de milho, laticínios e frutas.

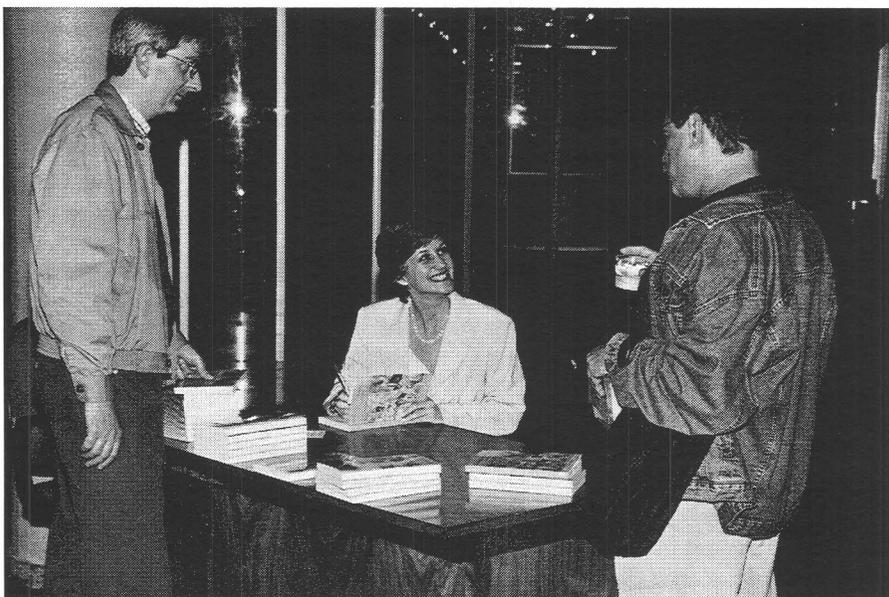
ESPECIAL

Livro analisa eleitor brasileiro

A jornalista e professora Denise Lacerda lançou no último dia 16, às 20 horas, no hall da Assembleia Legislativa, o livro *Cidadania, participação e exclusão: uma análise do grau de instrução no eleitorado brasileiro*.

O livro traça a evolução da cidadania individual à cidadania coletiva ao longo dos séculos, tanto em termos doutrinários quanto em uma histografia de eventos. Dedicada uma reflexão ao impacto da nova Carta sobre a construção da cidadania no Brasil e mostra a efervescência reivindicativa de uma grande diversidade de grupos ao sistema político brasileiro no final dos anos 80. O trabalho apresenta ainda uma análise minuciosa sobre o eleitorado brasileiro, mostrando uma população, em grande parte, analfabeta ou semi-analfabeta (70%).

Denise é formada em Jornalismo pela



Jornalista autografa sua obra

Universidade Federal de Santa Catarina (1986). Em 92 obteve o título de Mestre em Ciência Política pela Universidade

de Brasília. Atualmente é coordenadora do curso de Ciência Política da Univali, campus São José.

Troca de Opinião

A partir da próxima semana, a TVAL passará a produzir um programa de debate entre deputados e autoridades sobre assuntos de interesse da sociedade catarinense. O primeiro será gravado dia 25, quarta-feira, no Plenarinho da Assembleia, com o tema Segurança Pública em Santa Catarina. Já confirmaram a participação os deputados Jaime Mantelli (PDT), Francisco de Assis (PT) e João Rosa

(PTB), o Secretário de Segurança Pública do Estado, Antenor Chinato, e o Comandante da Polícia Militar, Valmor Backs.

O programa Troca de Opinião, com duração de uma hora, será ancorado pela editora de jornalismo da TV AL, a apresentadora Maria Helena Torres, que contará com o auxílio de jornalistas convidados, desta vez assessores de imprensa das diversas bancadas partidárias na Casa.

Mostra “Índios ... há 500 anos”

A exposição de pinturas “Índios... há 500 Anos”, do artista plástico Juarez Segalin, abriu nesta quarta-feira (18), no hall da Assembleia Legislativa.

São 14 quadros, nos quais o artista utiliza as técnicas pastel e óleo, tendo como tema central o índio brasileiro. Segundo ele, na história desses cinco séculos, desde o descobrimento do Brasil, o índio sofreu degradação cultural e foi dizimado demograficamente.

A mostra, disse Segalin, faz um discurso temático que busca a reflexão sobre a identidade indígena, os mitos, a cultura, a religiosidade. Ao mesmo tempo retrata, através dos quadros, elementos como a oca, a cerâmica, a alimentação e as armas. Para o artista, a figura humana, e neste caso o índio, “é a melhor expressão da vida”.

Natural do Rio Grande do Sul e morando em Florianópolis desde 1984, Segalin já divulgou seu trabalho pelo Brasil e exterior, incluindo Itália, França e Alemanha.

Agenda

Dia 23, às 10h - Reunião da CPI do Narcotráfico, presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB)

Local: Sala das Comissões

Dia 25, às 9h - Reunião da CPE dos Presídios, presidida pelo deputado Manoel Mota (PMDB)

Local: Sala das Comissões

Dia 26, às 9h - reunião do Orçamento Regionalizado em Xanxerê, com representantes da região Oeste

Local: Colégio Estadual Presidente Arthur da Costa e Silva

Dia 27, às 9h - Audiência pública em Lages com os integrantes da CPE da Febre Aftosa para tratar sobre a assunto

Local: Expolages

Dia 27, 9h - Reunião do Orçamento Regionalizado em Correia Pinto, com representantes do Vale do Rio do Peixe e Planalto Serrano

Local: Câmara de Vereadores